

Editorial

Posicionamento institucional do CEERT sobre mortes violentas ocorridas recentemente em Guarujá (SP), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ)

Por Diretoria Executiva

O enunciado “bandido bom é bandido morto”, reforçado cotidianamente por programas policiais na TV aberta brasileira, alcança a trajetória de vida das pessoas negras desde muito cedo. Acontece que para ser “bandido” no Brasil basta ser “suspeito” e para ser “suspeito” basta ser negro, pobre e morador da periferia, como bem demonstram as recentes chacinas de jovens “suspeitos” em favelas e periferias de Guarujá (SP), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ).

Conforme explica a socióloga Lívia Maria Terra, que estudou o discurso policial em seu mestrado na Unesp, de um lado há a ideia de que determinadas raças e classes sociais são potencialmente criminosas. Segundo a pesquisadora, essa ideia inseriu-se originalmente na força policial militar que busca cumprir os desígnios do Estado e do aparelho jurídico.

É bem conhecida a atuação desigual da Justiça e de órgãos policiais no tratamento concedido aos considerados “suspeitos” e aos brancos ricos ou influentes. Sendo definida como um tipo de violência extremada

de efetividade esteja sendo sistematicamente atacada por figuras públicas de espectro político conservador e branco.

Por outro lado, os crimes de “colarinho branco”, termo cunhado por Edwin Shuterland, são praticados por homens que não são jovens, têm anos de experiência no local onde praticam o crime, além de não serem pobres ou periféricos e terem influência social e principalmente poder. São crimes difíceis de serem punidos, pois o perfil desses homens, em geral políticos e empresários, não é enxergado como o perfil de criminosos. Os homens dos palácios, muitas vezes, nem à lei são levados. Muito pelo contrário, organizam-se para mudar a lei.

Tal fenômeno coletivo de proteção à identidade branca e ao seu lugar de poder na sociedade foi nomeado pela escritora Cida Bento como pacto narcísico da branquitude, um compromisso dos brancos em manter a estrutura racial que os privilegia. Tratar criticamente da violência policial e da ascensão de um discurso conservador de ataque às políticas de proteção ao povo

e uma execução orquestrada de várias pessoas em uma mesma localidade, a chacina é uma exibição pública de poder, usada por organizações criminosas e por agentes públicos. Elas costumam ocorrer em períodos de crítica à violência e de reivindicações por políticas públicas.

Segundo estudos da antropóloga Juliana Faria (Unicamp 2022), 98% dos casos de morte ocorridos em operações policiais são arquivados. A letalidade da atuação da polícia nesses territórios acontece estimulada pela certeza da impunidade dos agentes públicos que praticam essas ações. Com isso, os verdadeiros “suspeitos” que se apropriaram ou desviaram volumosos recursos públicos estão inacessíveis às regras de segurança do país.

Segundo dados levantados pelo relatório “As Câmeras Corporais na Polícia Militar do estado de São Paulo: Processo de Implementação e Impacto nas Mortes de Adolescentes”, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a letalidade em atividade policial caiu 62,7% no estado após a utilização de câmeras no fardamento. Enquanto tivemos 697 mortes em 2019, o número foi de 260 em 2022. É de se estranhar que uma das políticas públicas com maior comprovação

negro é “incomodar” um lugar de poder reservado para alguns. Reforçar um projeto de aniquilação da população negra é preservar esse mesmo espaço de privilégio das pessoas brancas.

Nunca é demais enfatizar o papel preponderante do racismo na estruturação das imensas desigualdades existentes neste país. O racismo, enquanto prática que estrutura a desigualdade, infelizmente é elemento central da instituição policial no Brasil. A política de guerra às drogas tem como inimigo os territórios negros, com incidência maior em vítimas negras. Qualquer projeto de construção de políticas para a segurança pública deve trazer um debate profundo sobre o preconceito racial e sobre como alguns corpos são sistematicamente aniquilados em detrimento de outros.

Sem enfrentar o racismo é impossível reduzir as desigualdades. Em nossa luta cotidiana na busca de condições de vida digna para a população negra, é necessário persistir no Bem Viver e no exercício do Quilombismo, visando uma nova forma de lidar com o mundo, a natureza e a existência, por todas as pessoas, consolidando um novo pacto civilizatório.

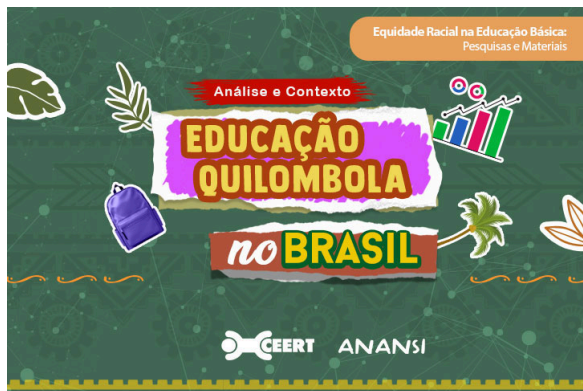
Educação Antirracista



EDUCAÇÃO COM
EQUIDADE
RACIAL E DE GÊNERO
PRÊMIO EDUCAR

**O que queremos dizer com as práticas pedagógicas?
Por dentro das categorias**

As [inscrições para a 9ª edição do Prêmio Educar com Equidade Racial e de Gênero](#) estão abertas até 31 de março. A iniciativa visa destacar e reconhecer práticas pedagógicas e de gestão escolar comprometidas com a promoção da equidade étnico-racial na educação básica.



Como resultado do Edital Equidade Racial na Educação Básica, [o projeto “Quilombos e Educação: Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas”](#) analisou a educação quilombola nas comunidades de Conceição das Crioulas (Salgueiro - PE) e Mesquita (Cidade Ocidental - GO).



Para consolidar as diversas iniciativas do Edital Equidade Racial na Educação Básica, CEERT produziu uma série de seis vídeos, com diversos depoimentos das/os pesquisadoras/es. [Confira o primeiro episódio, sobre Educação das Infâncias.](#)

Justiça Racial



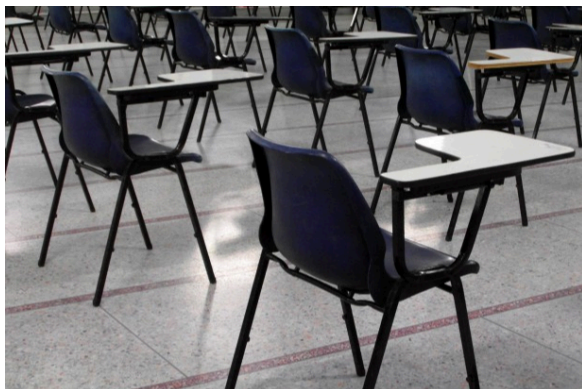
O [Dia Internacional das Mulheres](#), celebrado em 8 de março, é sem dúvida uma data de extrema relevância para o feminismo negro, uma vez que as mulheres negras são o grupo populacional mais afetado pelos piores índices de desigualdade no Brasil.

Juventudes



Foram selecionados 101 estudantes para a [5ª edição do Programa Prosseguir 2024](#). O CEERT recebeu 829 inscrições das regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro, além das novas regiões de Brasília e Sul da Bahia. As atividades formativas começam no dia 23 de março.

O que pensa o CEERT?



Em coluna publicada na Folha de S. Paulo, Cida Bento aborda o poder transformador das políticas de ação afirmativa, em texto desenvolvido em parceria com o jornalista Flavio Carrança da Cojira. **Saiba como as cotas raciais nas universidades estão redefinindo nossa sociedade e desafiando antigas narrativas.**

JUNTOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA
DOE E FAÇA PARTE DESSA TRANSFORMAÇÃO

Quem faz o CEERT



Sônia Maria Rocha de Souza é coordenadora administrativa do CEERT. Formada em Administração de Empresas, trabalha há 20 anos na instituição. “O CEERT foi meu primeiro trabalho na área administrativa, onde adquiri todo o aprendizado que tenho até hoje. Estar em contato com as pessoas é muito gratificante, assim como trocar conhecimento a respeito dos diversos temas da luta antirracista”, disse a coordenadora.

